

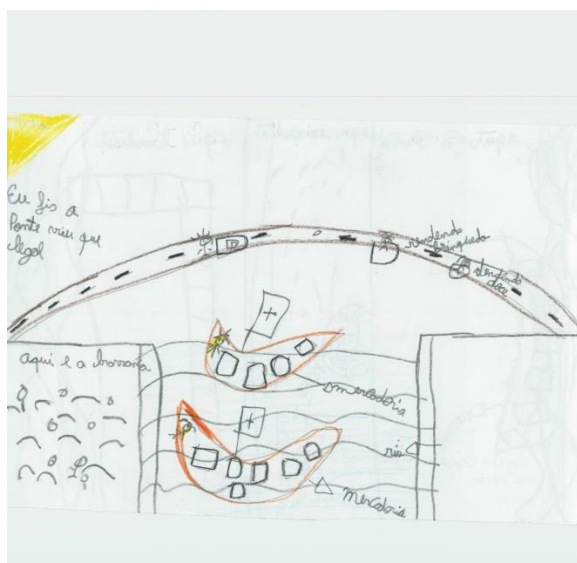
Marisa Elizabete Cassaro Godoy (UDC)

Regina Coeli Machado e Silva(Unioeste)

Resumo

Compreendendo-as como atuantes e produtoras de significados, nesta apresentação queremos mostrar como as crianças enfrentam, reagem, entendem e nos revelam as ambiguidades produzidas em suas formas de vida singulares, derivadas de atividades desenvolvidas pela maioria adultos as quais podem ser situadas entre o “ilegal” e o “rotineiro”. Trata-se do transporte de mercadorias trazidas em barcos pelo rio Paraná, a pé ou em carros pela travessia da Ponte da Amizade, que une Foz do Iguaçu, Brasil, à Ciudad del Este, Paraguai. As percepções e os significados aí construídos foram evidenciados durante a experiência etnográfica em uma escola pública de ensino fundamental, localizada em bairro próximo à Ponte da Amizade. A interlocução se deu com os alunos da faixa etária de oito a doze anos, por meio de diferentes formas de comunicação oral, gráfica e gestual, como desenhos e histórias de vida. Nossa indagação em interlocução com elas é como interpretam e compreendem esse contexto singular em interação com pais, vizinhos e amigos. Discriminados pelas atividades de transporte de mercadorias, os adultos vivem sob ameaças constantes da polícia e enfrentam preconceitos veiculados pelas mídias local e nacional. Desse modo, o autoentendimento dessas crianças expressa as moralidades conflitantes que emergem das relações entre o bairro, a escola, a cidade e a fronteira daí derivadas, por um lado, dos preconceitos a respeito das ocupações dos adultos e, por outro, dos processos educativos da escola, forma institucional que reitera os discursos da legalidade. Na percepção das crianças, ser criança nesse contexto é ficar e brincar em casa, sob controle e vigilância, demonstrando a preocupação dos pais com os perigos trazidos pelas atividades de transporte de mercadorias. Elas expressam essas atividades sobretudo como movimento e usam verbos para qualificá-las como “carregar”, “passar”, “puxar” e “guardar”. As ocupações possuem vocabulário próprio como “olheiro”, indicando a vigilância recíproca dos moradores e das forças repressoras do “contrabando”, “lancheiro”, que pilota barcos no rio, “barranqueiro”, que trabalha às margens do rio, “passeiro”, que transporta as mercadorias. Da força expressiva, abrangência e pertinência dos significados revelados por elas, emerge um mundo possível, visto e vivido além da escola, que intensifica as fronteiras geográficas e simbólicas onde habitamos.

O que as crianças vivem e visualizam em seu desenhos



Iniciamos esta apresentação com dois desenhos. Com nomes fictícios, o primeiro é de Olívia, uma menina de 12 anos. O segundo é de Luciano, com 11 anos de idade. Os dois estão entre nossos interlocutores de uma experiência que compartilhamos em uma escola pública de ensino fundamental, localizada em um bairro às margens do rio Paraná, cujas águas unem o bairro à cidade de Foz do Iguaçu, no Brasil, e o separam de *Ciudad del Este*, no Paraguai. A experiência ocorreu na escola, mas o significado do compartilhar excede esse espaço físico porque é parte da participação, de uma escuta, e de observações que nos implica, igualmente, como moradoras da mesma cidade, apesar de nossas inserções e pontos de vista diferentes.

Os desenhos são um meio de entrar em diálogo mas também respostas parciais a um modo de existência marcado por reticências e silêncios. O silêncio aqui é entendido como um intervalo impreciso para as sutis modulações de comunicação entre nós, e seu conteúdo adquire um sentido de cumplicidade que compreendemos rapidamente. Compreendemos porque esse intervalo diz respeito ao sigilo que instala o limite entre pertencer ao local, ao bairro e à cidade de Foz do Iguaçu, ou ser visto como distante ou extralocal, estranho. O significado desse sigilo é semelhante à exposição da carta roubada, um conto de Edgar Allan Poe, colocada em um local de tal modo evidente que se tornou quase impossível percebê-la. Assim, para nós, pesquisadores, e para nossos interlocutores, as crianças, o primeiro desenho, acompanhado de sua legenda, dispensaria qualquer acréscimo para ser entendido. É a visualização da experiência de um cotidiano visto por nós, mas vivido e percebido pelas crianças. Quando Olívia vai à escola ou sai de casa em companhia dos avós - o pai “carrega caixa; a mãe é recicladora e passa mercadoria; o irmão e o tio trabalham no rádio (como “olheiros”) aqueles que ela encontra estão imersos em seus afazeres cotidianos. Na legenda, ela escreve: “as pessoas vendem CD e bala para comprar sua comida e compra a sua comida. De noite carrega caixas e vende cigarro e essas coisas para sustentar sua família”. Como se observa, a expressão verbal detalha um modo de fazer em relação com os outros, especialmente a família, mas exclui da narrativa a presença do policial. Ela é visualizada, mas identificada fora dos limites gráficos do desenho, não como uma pessoa fazendo algo ao lado das outras, mas como uma instituição: a polícia.

O mesmo fazer está presente no desenho de Luciano: pessoas vendendo doces e brinquedos. Se, no desenho de Olívia, esses fazeres estão presentes em um lugar indeterminado justamente pelo excesso da presença, no de Luciano, eles estão ocorrendo na passarela da ponte entre os dois países. Em nenhum lugar, Luciano identificou o lado direito do desenho como sendo Ciudad del Este/Paraguai e o esquerdo Foz do Iguaçu/Brasil. O lado esquerdo é precisamente o que lhes é familiar, a parte do bairro onde vivem, conhecida como “barranca”. Essa identificação é desnecessária, pois todos nós, moradores da cidade, conhecemos, como também inútil é a indicação de que os barcos sob a ponte carregam grandes caixas com mercadorias, de que o lado direito de onde sai a ponte é um “vazio”, e o lado esquerdo, enfatizado com a descrição “aqui é a barranca”, é povoado por pessoas que mal enxergamos, quase ocultas, mas em diferentes posições e inseridas em movimentos que Luciano mimetizou como ondas.

Os desenhos sintetizam o modo de existência dos moradores da fronteira, particularmente as crianças moradoras do Jardim Jupira, um local estigmatizado para os moradores de outros locais da cidade, e por eles considerado interdito. Não só para as instituições de controle alfandegário e outros moradores da cidade, esse modo de existência é caracterizado como práticas ilegais em condição fronteira, como o contrabando e o

descaminho. Por isso, nos desenhos das crianças, está a presença inescapável da polícia, o transporte intenso de mercadorias passando pelo rio e as atividades de comércio sobre a ponte que liga os dois países. Contudo, esse mesmo mundo visível e incontroverso está envolto em ambiguidades, perceptíveis, justamente, nas reticências e nos silêncios de uma experiência cotidiana dessas crianças, comunicáveis, paradoxalmente, no sigilo como a figura que separa os que vivem dessas práticas ilegais daqueles que não o fazem.

Foi esse o ponto de partida de uma experiência com crianças encaminhadas para o Centro de Psicologia Aplicada de uma das faculdades locais, onde uma das autoras é supervisora no estágio de Psicodiagnóstico Infantil. Entre tantas crianças, em 2008, estava um menino de 8 anos, morador de um bairro às margens do rio Paraná. Ele parecia amedrontado e constrangido e procurava esconder o trabalho dos avós durante o atendimento psicológico. Em um dos atendimentos grupais com outras crianças, disse: “Minha avó falou que é para eu tomar cuidado com o que falo por aqui”, tornando explícitas as razões pela quais demonstrava prudência ao expressar-se verbalmente. No entanto, expressava-se simbolicamente através de brinquedos, soldados, camionetes, blocos de madeira e homenzinhos. Os desenhos dessa criança e de outras aí atendidas retratavam situações tensas por elas vivenciadas no bairro como o movimento incessante de carregamento das mercadorias, a vigilância atenta de “olheiros”, pessoas do bairro encarregadas de informar a movimentação da chegada e do transporte das cargas de mercadorias e a presença ou não da polícia no local. Os “olheiros” ficam em pontos estratégicos do percurso e estabelecem a comunicação por meio de rádios comunicadores, controlando a movimentação do transporte de mercadorias.

O transporte de mercadorias na fronteira é uma atividade ilegal, mas para quem vive dela é vista como legítima: é considerada um trabalho para manter a sobrevivência. A particularidade dessa experiência afeta a todos, mas apresenta um significado específico para a vivência das crianças e dos adolescentes moradores do bairro localizado nas margens do Rio Paraná. Deste modo, queríamos nos aproximar dessa particularidade fronteiriça buscando uma interlocução com as crianças em outras situações que permitissem compreender como vivem e entendem essa experiência de ambiguidades. Uma das perguntas que nos fazíamos era a respeito dos modos pelos quais as crianças convivem entre os adultos nessa situação ambígua em sua intimidade, se considerarmos o pai, ou os adultos por elas responsáveis, como figuras de autoridade para elas e, ao mesmo tempo, figuras “fora da lei” pelos órgãos de fiscalização e de repressão ao trabalho de transporte de mercadorias ilegal. Queríamos saber sobre as relações que elas estabelecem com os pais ou os adultos com os quais possuem vínculos, sobre como experimentam moralidades conflitantes derivadas tanto do convívio quanto das ocupações dos adultos no bairro e desenvolvem uma leitura própria do bairro e da cidade.

O que aqui apresentamos é, portanto, o autoentendimento dessas crianças que podem fazer do sigilo um modo de relação e interlocução conosco. Se seus pais podem ser qualificados como contrabandistas pela lei nacional que assim os insere nos interesses da economia nacional, tal criminalização deixa na sombra o caráter parcial e transitivo dessas ações. Se usando as lógicas dos direitos cidadãos, poderíamos dizer que os adultos estão em conflito com a lei, por outro lado, deixam de ser cidadãos sob muitos aspectos, tornando-se alvo de arbitrariedade em suas relações com diferentes agentes, legais e ilegais. A instrumentalização dessa “realidade”, como ameaça às seguranças pública e nacional e o modo pelo qual essa mesma “realidade” é vivida como formas de controle e violência exercida no interior do bairro tanto por agentes legais quanto por moradores, dá

lugar ao cerceamento da mobilidade das crianças e um permanente controle de todos pela relação “olhar e ser olhado” que inibe e constringe a voz das crianças fora do bairro. Buscamos privilegiar o ponto de vista das crianças¹, compreendendo que ouvir é um processo interpretativo e que as crianças podem se fazer ouvir de muitas maneiras, por meio da linguagem escrita e falada, gestos e desenhos.

Ter cuidado com o que fala: o sigilo como modos relacionais

O imperativo dado às crianças de “ter cuidado com o que fala” tornou, assim, o processo da escuta parte da compreensão de um diálogo feito por reticências e silêncios. Esse cerceamento da voz das crianças advém do sigilo como uma figura que marca um limite entre dois modos de existência separados, mesmo de modo imperfeito: os que vivem das atividades ilegais daqueles que não vivem. Essa “separação” se desdobra no distanciamento simbólico do bairro, advindo dos preconceitos dos moradores da cidade que o associam com criminalidade e violência. Esse é o reverso do próprio modo de existência do bairro que assim se fecha em sua defesa. Antes queríamos compreender como se processam as interações dessas crianças em suas relações com adultos e as percepções que fazem do cotidiano vivido entre adultos, no bairro. Mas, uma das primeiras dificuldades enfrentadas foi a impossibilidade de estar no bairro, constatada na primeira e única vez que lá estivemos, acompanhados de uma assistente social e de uma psicóloga que fariam uma visita familiar. Foi quando observamos que o bairro é “fechado” e o acesso a ele é controlado por “olheiros” que solicitam identificação de “estranhos” à rua, mesmo para os funcionários públicos das áreas da saúde e da assistência social. Assim, dos caminhos possíveis para estarmos entre as crianças decidimos pelo espaço escolar .

Aparentemente as escolas talvez sejam um lugar improvável para observar as ambiguidades provocadas por essa presença do Estado-Nação e suas fronteiras geopolíticas, do ponto de vista da fiscalização alfandegária e da segurança. Em uma primeira aproximação, imediata, no cotidiano das escolas de ensino fundamental e médio, observamos o signo da presença do Estado-Nação, visível na preocupação oficial com a alfabetização e a educação no País. Se por um lado a escola é um dos lugares que nos faz cidadãos brasileiros – e a educação é vista como um direito fundamental que integra o ideário da cidadania – por outro, é nela que observamos uma cisão entre a cidadania e a condição vivida, experiência sobretudo de grupos populares específicos, que vivem do trabalho de transportar mercadorias de *Ciudad Del Este* a Foz do Iguaçu. Assim, optamos pela escola como uma forma de conhecer as formas de experimentação e de engajamento como indissociáveis do modo de vida nesse contexto, caracterizado pelas fronteiras incertas entre o legal e o ilegal. A escola é entendida como um espaço indissociável da precariedade da vida vivida no contexto de fronteira, pelos incessantes enfrentamentos

¹ A infância, na contemporaneidade, é enfocada por meio de um diálogo interdisciplinar da maior importância. É entendida como a idade da quase total dependência física e psicológica da criança. Esse período é de longa duração e faz do grupo que o mantém, constituído pela criança e pelos adultos, o fundador da socialização humana (COMPARATO; MONTEIRO, 2001). A cultura e o processo de socialização são fundamentais, mas cada criança poderá compreender sua vivência de forma diferente, dependendo de sua “leitura” de mundo, das adversidades vividas e dos afetos.

entre vida (de trabalho) e direito (cidadania), vida (condição existencial) e forma de vida (ilegalidade), limites que são, ao mesmo tempo, deslizantes, dissolvidos e enrijecidos. No espaço físico da escola – onde se encontram jovens e crianças, professores, pais, gestores escolares, representantes judiciais e gestores de políticas públicas governamentais – emergem diversas práticas constitutivas desses limites. A experiência ocorreu na escola pública entre 2014 e 2015. Além das participações em sala de aula como ouvintes, usamos uma técnica de específica da psicologia denominada “Minha História de Vida”, elaborada por meio de desenhos e relatos escritos pelas crianças, aplicada, durante duas sessões de uma hora e trinta minutos cada sessão, em datas diferentes, na sala de aula.

Somadas à experiência etnográfica em sala de aula, uma das vias para compreender a vida cotidiana das crianças dessa fronteira, foram utilizadas técnicas de pesquisa próprias da psicopedagogia e da psicologia, por meio da escrita e do desenho, como instrumentos que possibilitassem a construção de suas histórias de vida. Depois, durante breve entrevista individual, os desenhos da escola e da família foram comentados pelas crianças. Trata-se de técnicas projetivas de investigação da personalidade, através de estórias ou de perguntas feitas sobre os desenhos. Os desenhos contêm imagens figurativas imediatas e diretas, acompanhadas por imagens descritivas mediadas pelos signos verbais. As imagens dos desenhos não são, assim, variações secundárias da percepção e do raciocínio. São formas de visualização da experiência cotidiana das crianças que, apesar de serem experienciais, contêm, em menor grau, as visualizações imaginativas. Segundo Hammer, “quando se observam os desenhos de crianças, veem-se transmitidas coisas que elas nunca poderiam ser capazes de expressar em palavras, mesmo que estivessem inteiramente conscientes de alguns dos sentimentos que as mobilizam” (HAMMER, 1991, p. 2). Através de uma página em branco, a criança pode esboçar uma representação de seu mundo interno, de seus traços e atitudes, de suas características de comportamento e de personalidade; através dos desenhos expressam uma linguagem simbólica (HAMMER, 1991).

Uma dos objetivos dos desenhos é contar “história de vida”, muito utilizada desde a educação infantil, pois permite o reconhecimento da criança como sujeito social de sua própria história no mundo. Esse instrumento possibilita estar mais perto das crianças, buscando compreender como quem elas são em interação conosco.. Procura-se apreender o conjunto das informações da dinâmica intrapsíquica, intrafamiliar e sociocultural, como forças e conjunto de forças em interação, sem perder de vista a totalidade da criança (TRINCA, 1984).

Em todos os encontros, solicitamos a permissão das crianças para as anotações das estórias ou esclarecimentos sobre seus desenhos, no momento em que foram relatadas. No desenho solicitado às crianças, pedia-se que elas desenhassem e falassem sobre a escola, a família e o cotidiano do bairro. É uma técnica projetiva que permite à criança construir seu mundo social de acordo com o seu desejo, desviando ou não da realidade objetiva, para dar prioridade à sua percepção pessoal da vida familiar. Por meio dos estudos de Trinca (1997); Corman (2003) e Buck (2003), apreendemos o conteúdo simbólico no qual se identificam as percepções e as representações que estão em construção pelas crianças, considerando essas crianças agentes de transformação social.

Antes de mostrar como as crianças interpretam e elaboram seus saberes sobre esse modo de vida ambíguo, é

importante mencionar que a interrogação sobre modos de vida de pessoas que vivem, por meio do trabalho, a disjunção entre o ilegal e o legítimo, entre o ilícito e o rotineiro, não supõe, *a priori* e necessariamente, uma defesa desse modo de vida sustentado por atividades ilícitas e menos ainda acatar a obviedade das definições dessas atividades como ilegais. Nos duas situações, a reflexão não sairia dos limites impostos por essas definições e ficaria fechada neles mesmos, sujeitos, por um lado, aos condicionantes trazidos pelo aparato jurídico, legal e estatal que tenta regular as normas das atividades industriais e comerciais no país e entre os países e, por outro, às percepções advindas da imagem, veiculada nacionalmente pela cultura pública transmitida pela mídia, da vida na tríplice fronteira como arbitrária, sem lei e perigosa. O que se quer é precisamente apreender outras formas de experimentação ou invenção de obrigações locais convivendo com esse dispositivo, ao mesmo tempo em que elas emergem precisamente dessa convivência de modo tenso e inventivo na escola. Se a ilegalidade pode ser um elemento positivo do funcionamento social, pois o dispositivo legislativo tem espaços por onde a lei pode ser ignorada, como mostrou Foucault, (2005), é no espaço escolar que parecem estar mais visíveis os hiatos dissonantes do Estado-Nação presentes na vida de pais, alunos, professores nesse contexto, incorporados no cotidiano das atividades ilegais mas condicionados por dispositivos legais que regulam a existência civil, dada a própria obrigatoriedade da educação.

Ser criança na escola, ficar e brincar em casa

A escola onde encontramos as criança está localizada no Jardim Jupira. O bairro começou com a atividade comercial de algumas famílias sírio-libanesas chegadas a Foz do Iguaçu em 1953 como mascates (Zamberlan, 2007). Com a construção da Ponte da Amizade, em 1965, e com o loteamento da área pertencente a Carlos Sottomaior, criou-se aí uma estrutura voltada para a exportação para o Paraguai. Com o Tratado Comercial do Mercosul em 1995, o comércio atacadista entrou em crise, acentuando-se mais a partir do ano 2000, quando as autoridades alfandegárias brasileiras estabeleceram as quotas menores para pessoas físicas do Brasil (U\$300) e quotas mais elevadas para exportação por atacado (U\$2000). Com a crise financeira brasileira, iniciada em 1995, os empresários da exportação transferiram seus escritórios para a cidade de Assunção, no Paraguai, afetando o desenvolvimento de Foz do Iguaçu e dos trabalhadores. Os bairros próximos à ponte da Amizade, que eram o centro das empresas exportadoras de Foz do Iguaçu, tornaram-se, a partir de 1996, espaços fantasmas com grandes empresas e barracões fechados, com poucas lojas que insistem em sobreviver, principalmente as que comercializam artigos de cama, mesa, banho e utilidades domésticas. A palavra Jupira é de origem indígena e significa “Qualquer planta que alimenta” e, por analogia, pode-se juntar esse significado ao fato de os moradores do bairro serem “alimentados” por uma multiplicidade de atividades exercidas nesta fronteira.

Parte desse bairro ocupa áreas verdes que foram invadidas, ao longo do tempo, no município. Essa comunidade caracteriza-se por duas realidades totalmente distintas e sem relação entre si. Uma delas é a estrutura comercial construída para exportação e importação de produtos, conhecida como a área de exportação que, após a criação do tratado do Mercosul, em 1995, está quase totalmente desativada. A outra

realidade são as ocupações precárias de uma classe excluída que está localizada em quatro espaços distintos: Jupira baixo, Pedreira e Rua Vicente de Carvalho, Jegue Sentado ou Rua Mário de Andrade, e Boca do Mato ou Rua Gonçalves Dias. A ocupação das áreas verdes no bairro Jardim Jupira iniciou a partir do final da década de 1960 e, de forma abrupta, cresceu nas décadas seguintes, principalmente, porque trabalhadores ou se deslocaram até Foz do Iguaçu em busca de novas oportunidades ou viviam em subemprego ou trabalho autônomo eventual.

As crianças do bairro estão matriculadas na Escola Municipal Ponte da Amizade, mantida pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Foi fundada e inaugurada em 25 de agosto de 1968 e municipalizada em 30/12/1992 pela resolução nº 5133/92. A escola conta, atualmente, com 7 salas de aula e funciona no horário matutino e vespertino. Tem 350 alunos, a maioria residente nas ocupações do Jardim Jupira, 20 professores especialistas, 2 cozinheiras e 4 auxiliares de serviços gerais

Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP, 2012), a escola tende a uma população de nível socioeconômico baixo com predominância de trabalhadores da classe autônoma: pedreiros, mecânicos, diaristas, costureiras, ou de empregados instáveis (“laranjas”). A expressão “laranjas”, é usada nesse documento para se referir às pessoas que transportam mercadorias.

Os eventos que compõem a história da escola são inseparáveis de todo o movimento social e econômico do bairro, instituída para acolher as crianças desse novo espaço social e desse modo de existência singular². Do mesmo modo, o seu funcionamento cotidiano. Os alunos maiores, de terceiro ao quinto ano, estudam no período matutino, porque podem dirigir-se até a escola sozinhos. Os menores, de pré-escolar, classe especial, primeiro e segundo anos, estudam no período vespertino, porque necessitam de acompanhantes para organizar a rotina diária e levá-los até a escola. Segundo a diretora, essa foi a estratégia adotada para diminuir a evasão escolar. Os pais e/ou responsáveis trabalham nos períodos da tarde e da noite. Quando a escola atendia os menores no período da manhã, o número de faltosos tornou-se insustentável; as crianças constantemente faltavam às aulas porque os pais estavam dormindo, descansando do trabalho, na maioria das vezes, noturno. O trabalho dos pais e/ou responsáveis começa a partir das 16 horas, tornando o trânsito no bairro mais intenso, devido à saída de vans, carros e camionetes com mercadorias vindas do Paraguai. A mesma estratégia é usada para as visitas domiciliares. Quando necessárias, as visitas dos gestores da escola às famílias do bairro são realizadas a partir das dez horas da manhã e até as 14 ou 15 horas. Como se vê, a escola tornou-se parte integrante do cotidiano da grande parte das pessoas do Jardim Jupira.

Nas primeiras visitas à escola, percebemos, em várias crianças, um olhar atento, silencioso e, em algumas, um olhar desconfiado. Aos convites de falarem sobre elas, suas vidas e suas famílias, apenas olhavam. Por várias semanas, trocavam olhares entre elas mas nenhuma palavra conosco. Como vimos, esses silêncios reticentes traçam os limites entre dois contextos e dois modos de existência: o contexto delas, estigmatizado e fechado, e o nosso, institucional, da educação e do controle escolar; elas, as crianças, e nós, os adultos,

² A equipe escolar procura adequar-se às necessidades dessas crianças para o controle da evasão escolar, segundo as normas previstas pelo IDEB².

pesquisadores, professores da escola e gestores. A escola está localizada em uma avenida asfaltada, diferente da apreciação das crianças em relação às ruas de seu bairro. Em uma das atividades, quando estávamos em sala de aula após o recreio, a professora propôs atividade de leitura e interpretação de uma poesia sobre a “rua”. Depois, elaborou perguntas sobre a rua onde cada criança residia e pediu-lhes que contassem algum acontecimento julgado importante. Luciano (nome fictício, 11 anos) escreveu: “*Eu não gosto da minha rua. Tem muita poeira quando os carros passam por lá. Moro bem perto da barranca do rio*”. Francisco (nome fictício, 12 anos) solicitou a presença da pesquisadora na sua carteira e com voz baixa relatou: “*Minha mãe não deixa eu brincar na rua*”. Segundo o relato da professora, quando a previsão do tempo é de chuva, muitas crianças faltam, porque moram distante para virem a pé, além de existir no trajeto subidas íngremes em meio a pedras, condição que dificulta a caminhada até a escola. Quando tomam chuva pelo caminho, muitos ficam resfriados e doentes, justificativa para as faltas às aulas durante quatro a cinco dias seguidos.

Em vários momentos de recreio com as crianças, nas conversas informais, é que elas falavam das relações familiares, especialmente as meninas. Elas são meigas, divertidas, curiosas e gostam de ser ouvidas. Marília (11 anos) mostrava-nos feliz a coreografia de uma música que aprendeu enquanto cantava com outra colega. Após os aplausos, iniciou-se uma conversa: Além de cantar e dançar, o que mais você faz em sua casa? “*Ajudo varrer, lavar louça e cuidar de minha irmã. A minha mãe fica em casa com a gente*”. Sua mãe não trabalha fora? “*Não ela fica com a gente, só meu pai trabalha*”. (Olhou demoradamente para a colega e a troca de olhares demonstrava claramente que a colega sabia bem o que ela estava dizendo sem dizer. Ficaram em silêncio.

Em virtude das atividades no bairro, como medidas de cuidado e de proteção aos filhos, a maior parte das mães permanece em casa, atentas. As crianças que permanecem dentro das casas, brincando no quintal ou jogando videogame, também estão estudando e auxiliando as mães nas tarefas da casa. Alguns relatam que a mãe faz cobranças quanto às atividades da escola. Se essas não forem executadas, há repreensões: a “mãe xinga”, “eu apanho”; “pede que eu faça de novo”; “não posso assistir TV”; “não posso sair, fico de castigo”.

O uso do tempo em um dia comum na vida das crianças pode ser apreendido por meio de uma técnica projetiva com as crianças, a fim de compreender os vínculos familiares³. A ideia foi que as crianças pudessem expressar, por meio de um desenho, os quatro momentos mais importantes do seu dia. Todas participaram dessa técnica projetiva. A escola aparece como um dos principais momentos do dia, ocupando o 1º e 2º lugar de importância, seguido do horário do almoço com a família e dos momentos de lazer com os colegas em suas casas. Na figura 2, produzida por Carolina (nome fictício, 10 anos), aparece um 3º momento de representação afetiva, em que a mãe espera seu retorno da escola. A figura 3, produzida por Lúcia (nome fictício, 10 anos), expressa dois momentos particulares: auxiliando na separação do lixo – é filha de recicladores – e as viagens que faz para tratamento de saúde na capital, Curitiba. O desenho é um dos meios que facilitam a expressão do mundo interno das crianças em relação ao entorno e consigo mesmas.

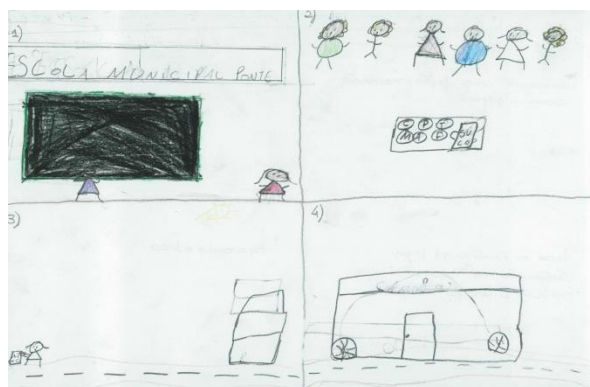
³ Técnica projetiva psicopedagógica proposta por Jorge Visca (1995), a fim de investigar os vínculos familiares e como ocupam o tempo diário. Trata-se de um recurso, entre outros, que permite investigar os vínculos que o sujeito estabelece com o aprendizado propriamente dito, bem como as circunstâncias em que ocorre sua construção.



Produzido por Mariana (nome fictício, 11 anos)



Produzido por Carolina (nome fictício, 10 anos)



Produzido por Lúcia (nome fictício, 10 anos)

Para os alunos, a escola é importante porque serve para ensinar, aprender coisas novas e estudar, principalmente quando é referenciada de forma positiva pelos familiares. Quando não há diálogo sobre a escola na família, esta não é referenciada, não ocupa um lugar de importância na vida da criança e passa a ser vista como necessidade de atender a um interesse ou ao cumprimento de uma exigência, por exemplo, para receber o “bolsa família”.

Outro momento em que se pôde ter contato com a realidade social do bairro em questão foi na observação de diálogos entre a professora e alguns alunos. Os relatos a seguir são fragmentos de vários momentos presenciados em sala de aula, quando interagimos mais com as crianças. Nas conversas paralelas, emergem as percepções sobre as atividades e o movimento do bairro. Nelas também percebemos que elas são atentas e acompanham o movimento do bairro onde moram. Há meninos que já exercem o papel de auxiliares no carregamento das mercadorias vindas do Paraguai.

Em brincadeiras, referem-se às armas, ou calibre delas, por meio de chistes no cotidiano da sala de aula. Quando a professora queixava-se da falta de atividades nos cadernos ou do excesso de conversa entre eles, referiu-se a um dos alunos: Se Dario (9 anos) não trabalhar, vai retornar para a outra sala de quinto ano. Um outro garoto esperto, usando um boné, a quem chamarei de Diego (12 anos) disse: “Eu dou R\$ 0,15 para você ficar e comprar balinha”. Armando (12 anos) respondeu com olhar maroto: “balinha de 38 ou 39”. Sorriu, dirigindo um olhar de cumplicidade para Diego e para Dario. A balinha refere-se à munição de armas de fogo, com certeza conhecidas pelas crianças ao fazer parte do cotidiano do bairro onde residem, seja através de contato direto ou de conversas. Armas e munições apreendidas no bairro são manchetes recorrentes nos jornais locais sobre o bairro Jardim Jupira.

A relação inseparável entre a fronteira e o trabalho de transportar mercadorias apareceu durante a participação em uma das aulas, quando Luciano (11 anos) pediu minha ajuda na interpretação de texto. Ao lado dele, perguntei: Ontem você não veio à aula, o que aconteceu?

Luciano (11 anos) “Estava barro ainda, moro bem perto da barranca. Meu tio já foi lancheiro” (piloto da lancha). “Eu já fui com ele na lancha para o Paraguai. Não gosto de nada lá”. Diego (12 anos) completou: “Ali a maioria é chiru (Paraguaio) tem pouco brasileiro lá”.

Havia, nos olhos de Luciano (11 anos), prazer ao me relatar a experiência de atravessar o rio Paraná. Enquanto isso, Diego (12 anos) me olhava demoradamente. Ele se veste com roupas típicas da sua idade, um boné de lado, corrente grossa no pescoço, mas não falava comigo, observando-me com um olhar desconfiado. Percebe-se, claramente, um mecanismo de defesa ao mudar o rumo da conversa, uma vez que Luciano falava do seu trabalho com o tio. Diego declara que a maioria é “*chiru*”, uma maneira pejorativa de referir-se ao paraguaio na fronteira. Começou a falar com o colega, algumas palavras em guarani, as quais não pude compreender, e começou a rir. Luciano pareceu entender bem o que ouviu. Nas entrelinhas da conversa, penso ter entendido a mensagem a partir de seu olhar esperto e inteligente: Neste local não se fala português e só tem paraguaio. Não queira entender esse assunto, é muito particular e você não fala guarani!

Continuamos na sala, caminhando até o final da fila, quando Francisco (12 anos) muito quieto e atento à conversa de Diego, continuou:

Francisco (12 anos): “A lancha trabalha desde cedo até 9 horas da noite. Eles trazem armas e escondem no mato, se a polícia chegar de lancha, leva tudo. Meu pai já tirou foto da polícia passando perto de helicóptero. Meu pai ajudou a esconder as caixas lá em casa, para a polícia não pegar. Tinha caixas de *pendrive*, *notebook* e *Playstation II*. Aí depois eles dividiram em 9. Meu pai vendeu tudo para um rapaz que tem loja. Outro dia,

ajudou a esconder caixas de jaquetas, daquelas com touca, bem bonitas, como aquela ali (apontou a jaqueta da colega pendurada na cadeira) depois, meu pai vendeu a parte dele do que foi repartido. Eles dividiram entre eles”.

Mesmo que as crianças permaneçam dentro de casa, estão vendo o movimento do trabalho realizado e ouvindo os adultos. Os pais podem até possuir uma atividade remunerada e regularizada em um comércio, mas podem também ter outras atividades ligadas ao trabalho com mercadorias realizado no bairro. Esconder armas para não serem apreendidas, guardar caixas carregadas de objetos para não serem tomadas pela polícia é, para as crianças e suas famílias, um trabalho, ou seja, uma forma de ganhar dinheiro na fronteira. Tal percepção foi compartilhada por todas as crianças da pesquisa. Eles não são os muambeiros. Residem lá e estão guardando, protegendo, cedendo a casa como depósito, em troca de uma taxa de serviço de guarda-volumes. Não veem nada de errado do ponto de vista moral. Estão trabalhando, cuidando da manutenção de seus filhos e da esposa. São carregadores ou, na linguagem dos moradores e das crianças, “puxadores” de mercadorias.

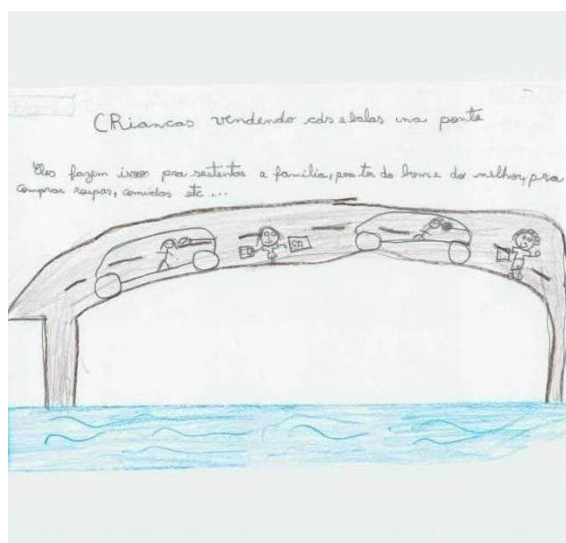
Alguns alunos, no entanto, já trabalham na barranca do rio ajudando a retirar muamba, outros vendem lanches, bolo, café, para os que estão trabalhando. E até como olheiros. Um aluno dormiu na sala de aula e o colega comentou: “Deixa ele dormir, trabalhou a noite toda como olheiro, professora, não agüentou”. A professora complementou que eles passam por experiências no dia a dia, que “não imaginamos, não sabemos o que fazer e dizer”. Como o bairro Jardim Jupira está localizado próximo às margens do rio Paraná, recebe e armazena mercadorias vindas através do carregamento de muamba da Ponte da Amizade, ou do rio, por uma espécie de cais na barranca. O trabalho, a cargo dos “laranjas”, como são conhecidas as pessoas que transportam as mercadorias, é descrito no livro de (Cardin,2011) no livro Laranjas e Sacoleiros na Tríplice Fronteira:

Vou direto para uma favela nas proximidades do Rio Paraná onde tem, como se fosse um cais, uma espécie de porto para o ataque das embarcações que vêm do Paraguai com contrabando... A mercadoria que atravessa é colocada no porta-malas de um carro, de preferência de luxo para não levantar suspeita. Tempra, Vectra, Maréa são carros alienados que servem para rodar no máximo um ano e meio, até dar busca e apreensão. [...] a mercadoria depois vai para um hotel nas redondezas e aí outras pessoas entram em ação levando até seu destino... [...] um traz o carro para trabalhar, outro faz a segurança com rádio amador, tudo certo, afirma o interlocutor (CARDIN, 2011 p. 86).

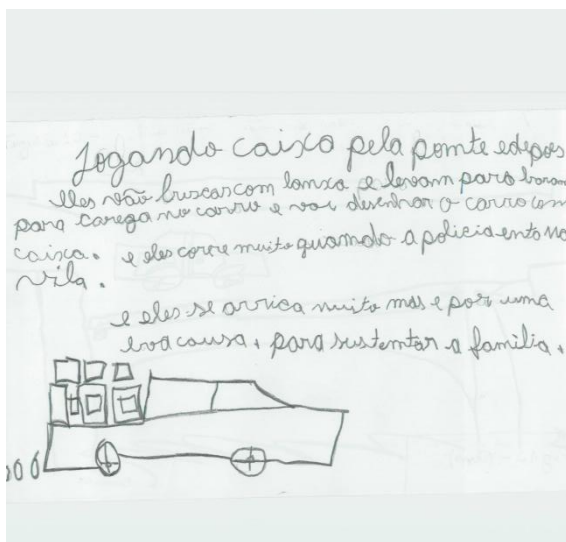
O trabalho narrado por Cardin esclarece uma organização em rede, com vocabulário próprio. Nas nossas conversas, as crianças e os adolescentes mencionaram que alguns auxiliam na retirada das mercadorias da lancha ou do barco até o veículo, outros organizam a carga de um veículo para outro, ou mesmo ficam em diferentes pontos do bairro com o rádio comunicador para dar informações sobre a presença ou não de policiais.

Sob o olhar da moralidade infantil, ou seja, o que as crianças na faixa de 8 a 12 anos consideram ou percebem como certo ou errado nas suas experiências de vida, há vários desenhos além dos dois apresentados no início deste texto. Entre as figuras abaixo, está a do desenho de uma camionete com mercadoria em cuja legenda se lê: “jogando caixa pela ponte e depois eles vão carrega no carro e vai desenhar o carro com caixa. E eles corre muito quando a policia entra na Vila. E eles se arrisca muito, mas é por uma causa, para sustentar a

família”. Logo abaixo desse desenho há outro, em que as crianças estão vendendo CDs, brinquedos e doces. “Eles fazem isso para sustentar a família, pra ter do bom e do melhor, pra comprar roupas, comidas etc.



Produzido por Marília (nome fictício, 11 anos)



Produzido por Luciano (nome fictício, 11 anos)

Ajudar os pais no trabalho, mesmo que esteja ligado ao carregamento de mercadorias vindas do comércio paraguaio, é recorrente. Para as crianças, transportar mercadorias do Paraguai para o Brasil não é percebido como um trabalho ilegal. Para elas, os muambeiros são os patrões, quem os encarrega de trazer as mercadorias. São os patrões que são vistos como suspeitos de estarem agindo ilegalmente, vistos como um “outro”, estranho no bairro, mas fazendo do bairro um complemento necessário para a passagem de mercadorias, e provocam medo nas crianças pelo movimento intenso e acelerado dos veículos que passam por

elas. Para as crianças, os moradores estão apenas trabalhando para que as mercadorias, eletrônicos, cigarros, brinquedos e “bugigangas”, cheguem ao seu destino⁴, pelo Brasil afora.

Observamos que as crianças utilizam um discurso comum, orientado e falado pelos adultos, de que aqueles que estão carregando as mercadorias o fazem para a sobrevivência, para comprar comida, para o sustento da família, por vezes auxiliados até pelas crianças, sempre com os olhos atentos à vinda da polícia, frequente no bairro onde vivem. Este discurso padrão é utilizado como uma espécie de escudo para justificar, de forma simplista, uma alternativa para obter rendas maiores que os empregos mal remunerados na cidade.

Considerações finais

As interações e as percepções construídas pelas crianças nesse universo singular denotam que elas vivenciam sentimentos vívidos de ambiguidades, dados pelo cuidado e pela proteção dos adultos, principalmente das mães. Isso pode ser visto nas recomendações dos pais para que brinquem em casa e no quintal. Assim, como a maioria das crianças declara, ser criança na comunidade é assistir televisão, jogar videogame, brincar de casinhas, jogar bola e brincar de bonecas. Ficar e brincar em casa, na percepção das crianças, deve-se à preocupação dos pais com o movimento perigoso do bairro. As crianças são afetuosas e colaborativas em casa, mas vigiadas e desconfiadas, pelo contexto particular em que vivem. Essas vivências expressas no cotidiano do bairro emergem no espaço da escola; e a escola interage e é parte do bairro, adaptando seus horários e suas atividades ao ritmo de vida do bairro e das famílias de seus alunos. A escola está no bairro, mas o bairro não está completamente dentro da escola, pois as reticências e silêncios ocorrem nas interações entre as crianças e os professores. Todos “compartilham” e “conhecem” no espaço escolar o modo de existência singular, mas ele é pouco ou nada explicitado. Alguns professores não sabem o que fazer ou dizer diante das percepções e angústias trazidas pelas crianças e às vezes tendem a deslegitimar seus saberes.

Os moradores do Jardim Jupira, na percepção das crianças, não são “muambeiros (vistos como intrusos inoportunos quando vão ao bairro apressados, prejudicando principalmente o trânsito); não são “chefes” e nem “patrões” de rede que transportam mercadorias e nem as compram. O bairro tem múltiplas atividades, igualmente múltiplas são as diferentes moralidades. Os moradores parecem estar envolvidos em um contorno social construído por um compromisso ético, cumplicidade e união entre eles; demonstram um forte vínculo de proteção, troca e retribuição entre os familiares de laços sanguíneos e também com os vizinhos considerados como parentes. Se suas atividades são ilegais, porque incorrem no crime de sonegação fiscal,

⁴ Comprovam-se esses dados com a divulgação dos volumes apreendidos pela Delegacia da Receita Federal de Foz do Iguaçu no ano de 2014, 5% maior que o registrado no ano anterior. Esse valor compreende toda a jurisdição da Delegacia, abrangendo toda a fronteira do Estado do Paraná com o Paraguai. Cigarros, eletrônicos e veículos representam mais de 80% das apreensões. A comercialização de cigarros, atividade citada por várias crianças, aumentou 99% comparado ao ano anterior; foram 42 milhões de maços apreendidos, enquanto os eletrônicos diminuiram 34%.

contrabando e descaminho, para eles são atividades legítimas e rotineiras, sobretudo porque transportam as mercadorias compradas por outros.

O autoentendimento dessas crianças expressa as moralidades conflitantes que emergem das relações entre o bairro, a escola, a cidade e a fronteira derivadas, por um lado, dos preconceitos a respeito das ocupações dos adultos e, por outro, dos processos educativos da escola, forma institucional que reitera os discursos da legalidade. Na percepção das crianças, ser criança nesse contexto é ficar e brincar em casa, sob controle e vigilância, expressando a preocupação dos pais com os perigos do bairro envolvidos no transporte de mercadorias. Elas expressam as essas atividades sobretudo como movimento e usam verbos para qualificá-las como “carregar”, “passar”, “puxar” e “guardar”. As ocupações possuem um vocabulário próprio, como “olheiro”, indicando a vigilância recíproca entre moradores e as forças repressoras do “contrabando”, “lancheiro”, que pilota barcos no rio, “barranqueiro”, que trabalha às margens no rio, “passeiro”, que transporta as mercadorias. Da força expressiva, abrangência e pertinência dos significados revelados por elas emerge um mundo possível, visto e vivido além da escola, que intensifica as fronteiras geográficas e simbólicas onde habitamos.

A construção das fronteiras simbólicas, impostas pelos limites do rigor dos adultos no cuidado com os filhos, pelo cerceamento ao acesso à rua, como medida de proteção, e pelas tentativas de isolamento da maioria das crianças em relação aos acontecimentos do bairro são pouco eficientes. Intensificadas, essas práticas adquirem a figura do sigilo, inscrevendo as crianças em interações marcadas por um envolvimento comprometido e mantido diante do “perigo”, potencial ou imediato. O sigilo, portanto, encoberto pelo silêncio, é um limite invisível entre esse envolvimento comprometido e a identificação delas frente aos “outros”, fora do bairro (professores, policiais, funcionários públicos, etc.). Se o silêncio é a parte mais evidente na dinâmica relacional entre crianças e adultos fora do bairro, o sigilo tem como efeito mais evidente na vida das crianças o cerceamento de sua voz, fora do bairro, e o cerceamento de sua livre circulação e de suas ações, dentro do bairro, expostas aos perigos de carros que transitam em alta velocidade transportando mercadorias e aos riscos envolvidos na repressão ao transporte de mercadorias considerado ilegal.

REFERÊNCIAS

- BUCK, John, N. HTP. *Casa, árvore, pessoa. Técnica projetiva de desenho: manual e guia de interpretação*. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2003.
- CARDIN, Eric G. *Laranjas e sacoleiros na tríplice fronteira: um estudo da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2011.
- COMPARATO, M. C. Mazzilli; MONTEIRO, D. S. Feliciano. (Org.) *A criança na Contemporaneidade e a Psicanálise*. S. P.; Casa do Psicólogo, 2001.
- CORMAN, Louis. *O teste do desenho de família*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- Foucault, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005

HAMMER, Emanuel F. *Aplicações clínicas dos desenhos projetivos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.

HISTÓRIA DE VIDA. Blog Educação de Valor. Projeto Identidade. Postado por Nohara Alcântara em 04/04/2011. Disponível em: <<http://educacaodevalor.blogspot.com.br/search/label/Projeto%20Identidade>> Acessado em 22/05/2014

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES. Mercosul. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/mercosul>> Acessado em 19/05/2014

PROCEDIMENTO DE DESENHO DE FAMÍLIA COM OUTRAS ESTÓRIAS. Blog Educação de Valor. Projeto Família. Postado por Nohara Alcântara em 04/04/2011. Disponível em: <<http://educacaodevalor.blogspot.com.br/search/label/Afamilia>> Acessado em 22/05/2014

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal Ponte da Amizade. Educação Infantil e Ensino Fundamental. Foz do Iguaçu, 2012.

TRIBUNA POPULAR, jornal online. Disponível em: <<http://www.jtribunapopular.com.br>>

TRINCA, Walter (Org.) *Diagnóstico psicológico: prática clínica*. Temas básicos de psicologia. V. 10. São Paulo: EPU, 1984.

_____. *Formas de investigação clínica em Psicologia*. São Paulo: Vetor, 1997.

TRINCA, Walter (Org.) *Diagnóstico psicológico: prática clínica*. Temas básicos de psicologia. V. 10. São Paulo: EPU, 1984.

VISCA, Jorge *Técnicas Projectivas psicopedagógicas*. 2. ed. Buenos Aires: Argentina, 1995.

ZAMBERLAN, Jurandir. *Foz do Iguaçu em contexto de mobilidade*. Paróquia Bom Jesus do Migrante. Jurandir Zamberlan, Joel Ferrari, Giovanni Corso, Joaquim R. Filippin. Porto Alegre: Solidus, 2007.